

## **Empatia e ‘Diálogo dos Mundos’: a Tecitura do Encontro entre Jornalista e Personagem na Reportagem social<sup>1</sup>**

Luiza GOULD<sup>2</sup>

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

### **RESUMO**

Este artigo lança um olhar sobre a empatia e a sua interface com o jornalismo em reportagens de cunho social. Discute-se aqui a relação entre o Eu e o Outro, considerando que o repórter convive nesses trabalhos de imersão com vidas humanas transformadas em personagens na narrativa (SERELLE, 2020). Postas à margem e, portanto, vitimadas por uma violência primeira, elas podem passar por outras violências a partir da forma como são representadas na mídia. Após reflexões sobre o conceito de empatia, os limites e as potencialidades envolvidas no encontro, são brevemente apresentadas duas reportagens a título de exemplo, para se pensar no “diálogo dos mundos” (BRUM, 2017): *Mães vivas de uma geração morta* (Eliane Brum, *Época*, 2006) e *O ponto de encontro da dor* (Caio Barretto Briso, *O Globo*, 2017).

**PALAVRAS-CHAVE:** Empatia; reportagem; pessoa invisibilizada.

### **INTRODUÇÃO**

Percebi aos poucos que aquelas cicatrizes, aquilo que fazia marca literal de uma vida, eram também palavras escritas. Otávio das Chagas era também um livro, e era como livro que eu podia lê-lo. Entre os dedos dele que apontavam a escrita do corpo, as palavras encarnadas que dele diziam, e os meus dedos, que as traduziam em alfabeto diverso, havia um possível. Se eu a ele emprestasse o meu corpo, haveria encontro e não violência. Passei então a compreender minha escrita como uma linha que costura feridas. Não para apagá-las, o que eu tanto temia. Mas para eternizá-las em letras-cicatrizes neste outro corpo que nos une, o da experiência coletiva – ou a trama que atravessa a própria linguagem para fazer o diálogo dos mundos. E também a resistência (BRUM, 2017, p. 368).

Eliane Brum se descobre em um impasse. Com mais de 20 anos de uma carreira marcada pela produção de reportagens, ela sabe que seus textos denunciam violências, como aquela sofrida pelos ribeirinhos do Tapajós e do Xingu por conta da construção da usina de Belo Monte. Mas tem medo que a palavra oral de seus personagens, uma vez convertida em palavra escrita, amplie a violência. Afinal, as letras que o pescador Otávio das Chagas não pôde ler já lhe tiraram o pedaço de chão, o rio. A paralisia diante do impasse é arrancada de Brum quando ela observa Otávio e sua família apontarem

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestre em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense, e-mail: [luizagould@gmail.com](mailto:luizagould@gmail.com).

---

para as marcas do próprio corpo: ali há território, repleto de histórias, que não devem ser apagadas. A virada de chave na mente da jornalista se dá a partir do encontro que ela estabelece com essas pessoas em Altamira (PA).

Este artigo nasce como um primeiro ensaio exploratório para o que se pretende ser pesquisa mais profunda sobre o que Eliane Brum chama a seu modo de “diálogo dos mundos” no trecho acima. Interessa-nos investigar como a empatia age no encontro que o repórter estabelece com anônimos de tantas formas invisibilizados, encerrados na condição de excluídos sociais. Interessa-nos observar as consequências desse agir na representação da pessoa de carne e osso, que se transmuda em personagem na narrativa (SERELLE, 2020). Por ora, no entanto, o intuito é lançar um primeiro olhar sobre a empatia e a sua interface com o jornalismo em trabalhos de imersão de cunho social.

Para isso, inicialmente nos debruçamos sobre a conceituação da empatia (KRZARNIC, 2015; SERELLE, 2020; BAKHTIN, 2011) e os limites respeitados ou não quando o repórter pensa estar sendo empático em seu fazer. Nessa complexa relação, entre o Eu que não pode se apagar completamente para se deixar preencher pelo Outro, o profissional pode enxergar o encontro como possibilidade de “viver a vida” de seu personagem, imbuído da procura por uma aventura experiencial (assumindo o protagonismo que não lhe cabe) ou, na direção oposta, com o objetivo de entendê-lo e melhor representá-lo (mas seria possível viver a vida de alguém?). O repórter pode ainda conceber que seu papel é criar laços para falar COM o Outro (MORAES, 2018).

Na reportagem social, o encontro é estabelecido com quem foi posto à margem. Por isso, no segundo tópico do artigo nos perguntamos, junto de Fabiana Moraes (2018), quem é o subalterno, e nos deparamos com a dupla face da vida convocada empaticamente como caminho para a crítica à estrutura, segundo Marcio Serelle (2020).

A partir dessa base de discussões, fazemos uma breve incursão em duas reportagens correlatas: *Mães vivas de uma geração morta*, publicada na revista *Época* em 2006 por Eliane Brum, e *O ponto de encontro da dor*, manchete de *O Globo* em 2017, assinada por Caio Barretto Briso. Os trabalhos estão unidos pelo fato de darem a conhecer vidas ligadas ao tráfico – que figuram como números na mídia –, a partir da lacuna deixada em suas mães após “mortes matadas”<sup>3</sup>, como diz uma das personagens de Brum. Traços de empatia podem ser observados nesses produtos jornalísticos?

---

<sup>3</sup> Uma lacuna que também envolve encontro para a autora deste artigo, em sua convivência com uma dessas mães: uma cearense, moradora de comunidade em Niterói-RJ, que teve o seu filho morto por policiais.

---

## A EMPATIA: O QUE ENREDA O EU E O OUTRO

O resumo na contracapa de *O poder da empatia*, de Roman Krznaric (2015), dá indícios de como a palavra central do título é traduzida pelo filósofo australiano. Ali é dito que ele pesquisa o tema há mais de dez anos e, a partir desse *know-how*, aponta caminhos para que os seus leitores possam “*ver o mundo pelos olhos do outro*”, melhorando relacionamentos, derrubando preconceitos, gerando mudança social. Na segunda página da obra, o significado se torna ainda mais aparente: “Empatia é a *arte de se colocar no lugar do outro* por meio da imaginação, compreendendo seus sentimentos e perspectivas e usando essa compreensão para guiar as próprias ações” (KRZNARIC, 2015, p. 10, grifo nosso). Uma nota de rodapé informa que definições similares advêm do psicólogo britânico Simon Baron-Cohen (2011) e da empreendedora social estadunidense Mary Gordon (2005). Não só deles. Marcio Serelle (2020) cita em artigo recente a conceituação de empatia pelo jornalista Sergio Vilas-Boas (2014 apud SERELLE, 2020, p. 53, grifo nosso) – que a sintetiza como a “*tendência a tentar sentir o que se sentiria se estivesse nas mesmas situações e circunstâncias do outro*” – e, ainda, pela acadêmica Julianna Oxley (2011 apud SERELLE, 2020, p. 53), para quem o termo representa a condição de sentir *emoção congruente a experimentada pelo Outro*, a partir da imitação, da simulação, da projeção ou da imaginação.

A empatia costuma, portanto, ser empregada em diferentes campos, mas remetendo a um mesmo deslocamento: o Eu se desloca até o Outro para ver, para compreender, para sentir. Esse é um movimento estimulado, pois a partir dele diálogos são estabelecidos, preconceitos são rompidos, ações em prol do Outro são orquestradas<sup>4</sup>. Mas há também quem faça ressalvas à empatia. Serelle (2020, p. 56) nos apresenta a de Terry Eagleton. Segundo esse filósofo britânico, *colocar-se no lugar do outro* poderia impactar a perspectiva reflexiva, como antes já considerava o dramaturgo Bertolt Brecht: nas peças teatrais, o espectador empático colocaria em risco a sua faculdade crítica por não manter a distância necessária em relação ao personagem.

---

<sup>4</sup> Aqui cabe um parênteses. Julianna Oxley (2011 apud SERELLE, 2020, p. 55) pondera não haver garantias de que a empatia por si só seja revertida em altruísmo. Além disso, seríamos inclinados a desenvolvê-la em relação a pessoas mais próximas, com quem compartilhamos preocupações. Por isso, a empatia precisaria ser acompanhada de princípios e compromissos morais. Eis outra problematização: diante da pobreza narrada, exposta, até que ponto há empatia (o se colocar no lugar do Outro), até que ponto há alívio (não sou de fato Eu ali)? A dúvida está ancorada em um resgate que Marcio Serelle (2020, p. 55) faz do que ele considera como “uma das reflexões mais importantes acerca da empatia no início da modernidade”, a obra *Investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo*, do século XVIII. O autor, Edmund Burke, “[...] afirma em seu tratado estar convencido de que ‘possuímos um grande grau de deleite, que não é pequeno, nos infortúnios e dores reais dos outros’” (Ibidem).

Embora escrevam em séculos diferentes, o filósofo russo Mikhail Bakhtin e a jornalista brasileira Eliane Brum possuem passagens muito semelhantes que abrangem algum nível de distanciamento (talvez não tanto quanto Eagleton ou Brecht propunham) ao lembrarem da existência do Eu. Bakhtin (2011, p. 23) escreve que após “ver axiologicamente o mundo” de dentro do Outro, é preciso “completar o horizonte dele com o excedente de visão que desse meu lugar se descortina fora dele”. Já Brum, em certo trecho de sua obra *O olho da rua*, descreve a reportagem a partir do prisma da empatia, embora não utilize essa palavra. Ela afirma que “a reportagem é um despir-se de si para vestir um outro”<sup>5</sup>, mas também atesta que é preciso “empreender o largo caminho de volta e fazer o parto das palavras, que é a história contada *atravessada pelo corpo de quem voltou* para dar notícias de lá” (BRUM, 2017, p. 365, grifo nosso).

Por mais que Brum queira despir-se de si e esse despir-se, no sentido de deixar de lado as certezas sobre quem é o Outro, seja imprescindível para um encontro respeitoso, tal desprendimento nunca será possível integralmente. E nem deve ser. Afinal, a subjetividade do repórter, assumida em reportagens como a de Brum, é ganho e não perda. É o que diversos pesquisadores<sup>6</sup> defendem ao criticarem o enaltecimento à objetividade no jornalismo. Também não nos parece possível sentir exatamente como o Outro ou viver como ele, quando se considera que cada um possui uma história. O repórter retornará à sua vida (embora possa fazê-lo transformado) após a imersão proporcionada pela reportagem. O argumento é usado por Sylvia Moretzsohn (2013, p. 111) ao se posicionar contrariamente ao uso do disfarce na profissão:

Em suma, a “experiência vivida” do repórter pode ser muito importante para ele mesmo, para aguçar sua sensibilidade através de um mergulho em diferentes realidades; ainda assim, seria preciso sempre alguma ressalva quanto à profundidade desse “laboratório”, pois, por mais que esteja imbuído de sua *persona* – isto é, por melhor que seja seu desempenho como ator –, ele sabe que retornará ao seu *status* original, o que, só por isso, já deveria pôr em causa o sentido da autenticidade do seu relato.

---

<sup>5</sup> A repórter emprega expressões similares no mesmo livro como “desabitar-se de si para habitar o outro, o mundo que é o outro” (BRUM, 2017, p. 364), além de trazer em seus relatos de bastidores sentidos similares. Ao comentar a reportagem *O homem-estatística*, na qual acompanha um dos muitos brasileiros a enfrentar a realidade do desemprego em 2002, Brum (2017, p. 131, grifos nossos) escreve: “*Vivi a vida do Pankinha por uma semana, senti a dureza das portas que não se abriam, fiz as bolhas nos pés dos caminhos de quem não tem dinheiro para o ônibus, comi seu prato de arroz com ovo, vi Estela e seus filhos pelo filtro amoroso do seu olhar*”.

<sup>6</sup> Em trabalho anterior (GOULD, 2020, p. 93), citamos Fabiana Moraes (2015; 2019), Adelmo Genro Filho (2012) e Sylvia Moretzsohn (2007). Com raízes positivistas, a objetividade passa a ser enaltecida no nascimento do jornalismo informativo e na emergência do capital. Ao mencionar o jornalista então em ascensão, Traquina (2005, p. 146) frisa que ele não deveria transmitir opiniões, sendo um observador a relatar “com honestidade e equilíbrio” o que vê.

---

Géraldine Muhlmann (2008, p. 62) lembra que o disfarce por parte de repórteres mulheres era comum em jornais populares americanos entre os anos 1880 e 1890. No Brasil, *Realidade* explorava essa prática nos anos 1960. A pauta que não foi adiante proposta a José Hamilton Ribeiro na revista costuma ser citada quando o assunto são os limites da reportagem. Ele recebeu de seu editor o convite para se “tornar” negro por um mês, como fez o jornalista John Howard Griffin em 1959, quando se submeteu a um procedimento médico para escurecer o tom de sua pele. Depois de ingerir remédio receitado contra vitiligo e realizar aplicações de radiação ultravioleta, Griffin viajou a cidades com grande segregação racial nos Estados Unidos para “sentir”, mesmo sendo branco, a discriminação vivida pelos negros. No caso de Ribeiro, a experiência seria em São Paulo, mas ele não conseguiu escurecer a sua pele.

Ao “mudar” de cor, John Griffin tinha uma motivação relevante: revelar aos brancos a injustiça da segregação e, por meio de suas vivências, mostrar que o racismo se baseia em aspectos fenotípicos, como a cor da pele. Mas o branco nunca saberá o que é ser vítima do racismo por toda a vida. Uma observação se faz necessária: ele não “foi” apenas negro por um período, voltou a ser branco e retomou a sua vida de privilégios. John Griffin se somou às vozes que clamavam pelos direitos de negros e negras nos Estados Unidos. Após publicar os seus escritos em forma de artigos na revista *Sepia* e também em forma de livro (intitulado *Black Like Me*), ele passou a ser perseguido, como relata Roman Krznaric (2015, p. 105). Griffin precisou fugir do país junto de sua família. Retornou depois de um ano, foi capturado pela Ku Klux Klan<sup>7</sup>, surrado, dado como morto e abandonado em uma estrada. O repórter conseguiu sobreviver e persistiu em seu ativismo. A vivência de Griffin foi além de um laboratório. Krznaric reforça ainda a importância de entendermos o contexto em que se deu a reportagem:

Hoje poderíamos considerar que um homem branco falando em nome de afro-americanos é algo desnecessário, condescendente ou possivelmente antiético – os negros são, sem dúvidas, capazes de falar por si mesmos. Mas, na época, americanos brancos dificilmente dariam ouvidos a vozes negras fazendo campanha contra a segregação, razão por que a *Sepia* concordou em publicar Griffin. Foi uma jogada astuta: suas revelações tiveram enorme impacto. Ele ganhou a atenção da grande mídia para a causa da desigualdade racial e tornou-se um eminente porta-voz dos direitos civis, trabalhando com Martin Luther King e fazendo palestras em campus de todo o país (Ibidem).

---

<sup>7</sup> Criada após o fim da Guerra Civil Americana, a Ku Klux Klan persegue e assassina negros nos Estados Unidos desde o século XIX, pregando a supremacia branca, além do antissemitismo e do anticatolicismo. A partir de 1950/1960, época em que John Griffin publica a sua reportagem, os ataques se tornam mais violentos diante do fortalecimento do movimento negro no país e da abolição das leis de segregação racial.

---

Analisando a pauta sem conhecer os seus desencadeamentos, e considerando o que pontua Moretzsohn, seria possível supor que Griffin cometeu uma injustiça ou mesmo uma violência ao se passar por negro. Descobrir, no entanto, o que está por trás e vai além da reportagem aponta que essa avaliação tenderia a ser injusta com Griffin. E o que pensar da experiência fracassada de José Hamilton Ribeiro?

Lemos na passagem de Roman Krznaric que “os negros são, sem dúvidas, capazes de falar por si mesmos”, por isso seria “desnecessário, condescendente ou possivelmente antiético” um homem branco se passar por um afro-americano, percepção essa construída a partir da luta histórica em prol da representatividade negra. Essa luta gera uma pergunta evidente, que Eliane Brum faz a Ribeiro em uma entrevista<sup>8</sup> para a *Série Repórter*, do Itaú Cultural, em 2011: “Não tinha um repórter preto, Zé?”. O veterano rebate dizendo que “a graça estava em alguém que fosse branco, que visse a diferença. Porque o preto já nasceu levando surra, para ele já seria normal”. O nosso tom crítico retorna diante dessa fala. Não é “normal” levar surra desde o nascimento, antes é fruto do racismo estrutural, também impregnado no jornalismo.

Krznaric dedica um capítulo (*Busque aventuras experienciais*) do seu livro para incentivar imersões como estímulo à empatia. Ele recorda as vivências de Che Guevara enquanto médico voluntário na Amazônia peruana, antes de se tornar guerrilheiro; fala de atividade talvez mais acessível do que uma viagem, o ato de participar de um coral; e lista uma série de investidas protagonizadas por quem ele chama de “empatistas disfarçados”: os jornalistas. Diante dos diversos relatos, o leitor do filósofo ora é levado a problematizar essas experiências<sup>9</sup> ora é levado a celebrar o resultado delas<sup>10</sup>. Em certa passagem é possível contrapor o que ele diz ao entendimento de Sylvia Moretzsohn:

É verdade que essas são muitas vezes situações temporárias, podendo os praticantes fugir de volta para vidas mais confortáveis depois. Ainda assim, essas denúncias conservam a virtude de se basearem em experiência, não em rumores ou livros, e envolvem muito mais compromisso e sacrifício que os esforços superficiais de turistas que “se misturam à vida local” contemplando favelas em países em desenvolvimento do conforto de ônibus refrigerados (KRZNARIC, 2015, p. 107-108).

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-4eYSDDONo8>>. Acesso em: 7 jul. 2021.

<sup>9</sup> Beatrice Webb, pesquisadora no levantamento social sobre a pobreza em Londres nos anos 1880, trabalhou por quatro dias em uma fábrica de roupas. Após o curto período, descreveu a dificuldade física daquele fazer, denunciou a exploratória remuneração das trabalhadoras, mas também condenou o que julgou como “promiscuidade de suas relações amorosas” e “sincero contentamento com a vida sórdida” (WEBB, 1888 apud KRZNARIC, 2015, p. 102).

<sup>10</sup> O jornalista alemão Günther Wallraff se passou por turco durante dois anos para desmascarar as condições de trabalho a que milhares de imigrantes eram submetidos em seu país. O livro que se sucedeu a essa empreitada vendeu dois milhões de exemplares em 30 línguas, levou a investigações criminais para coibir a contratação de mão de obra ilegal e proporcionou maior proteção de trabalhadores autônomos em vários estados (KRZNARIC, 2015, p. 106).

O jornalista que se volta para pautas sociais possui um compromisso com vidas invisibilizadas que o turista não possui, embora, assim como a pessoa em busca de “atração”, possa transformar o Outro em exótico<sup>11</sup> quando não parte de um pressuposto ético. É certo que há casos e casos entre as discussões aqui levantadas sobre a empatia. Há aqueles em que os limites éticos parecem ter sido ultrapassados; há aqueles em que a empatia é usada como justificativa para uma aventura (e é preciso aqui questionar o uso de expressões como “esporte radical” por Krznaric), na qual o repórter emerge como herói; há aqueles em que o desejo de esvaziar-se de si é para não carregar consigo o que possa ser violência ao Outro. Falamos adiante sobre o cuidado para que o encontro não se converta em desencontro.

## **EMPATIA E REPORTAGEM SOCIAL: DESAFIOS, POTENCIALIDADES**

Enquanto repórter, mas também enquanto pesquisadora de questões relativas à mulher, em especial à mulher negra, Fabiana Moraes produz para a grande mídia e de forma independente trabalhos que enfocam mulheres travestis e trans. A jornalista ganhou o Prêmio Esso em 2011 com reportagem publicada no *Jornal do Commercio* sobre o nascimento da transexual Joicy Melo da Silva, durante sete anos à espera da cirurgia de mudança de sexo pelo serviço público de saúde em Alagoinha (PE). Mas em artigo de 2018, o seu objeto de análise é outro: ela opta por refletir sobre dois textos que geraram diferentes reações de afetação por parte de mulheres travestis e trans. Para isso, se debruça sobre a influência de questões raciais e sociais no debate.

Uma primeira contribuição de Moraes cara a este artigo é a perspectiva de subalternidade que ela evoca a partir de Muniz Sodré (2005) e Gayatri Spivak (2010). O lugar ocupado por esse Outro, a partir do qual as narrativas se desenrolam nas reportagens que observamos, é um lugar de transformação para Sodré, de fissura à estrutura estabelecida, indo para além e contrariamente ao entendimento deste lugar como aquele vitimizado – “vitimização engessa ao invés de promover o agir”, lembra Moraes (2018, p. 88). Trata-se do sujeito e da sujeita que sim, ocupam as camadas mais

---

<sup>11</sup> Um exemplo foi dado por nós (GOULD, 2020, p. 109) a partir do trabalho do artista Alfredo Jaar. Analisando a presença do continente africano nas capas da revista norte-americana *Life*, Jaar chega a cinco exemplares entre dois mil; um deles, de 1961, intitulado *Africa's savage beauty (A beleza selvagem da África)*. Na imagem que estampa a publicação, há um negro com corpo pintado, cocar, lança apontada para a câmera e olhos esbugalhados. Tal como os animais, o “selvagem”, assim descrito mais de uma vez, parece irracional, sentido que a legenda irá completar: *Wild warega warrior poised for attack (Guerreiro warega selvagem pronto para o ataque)*. Tem-se a “exotificação da diferença”, como dizem Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2019, p. 11) diante da obra do chileno.

baixas da sociedade a partir de modos específicos de exclusão (de mercados, da representação política e legal, do estrato social dominante), como coloca Spivak (2010 apud MORAES, 2018, p. 88), mas que também possuem particularidades. A socióloga Avtar Brah (2006) fornece um exemplo dessas duas condições. A mulher integra o signo “mulher”, imbuído de configurações históricas de relações de gênero (o que une todas as mulheres), mas o ultrapassa, pois no âmbito das relações sociais há a mulher da classe trabalhadora, a mulher camponesa, a mulher imigrante (o que as distingue). E “vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões” (BRAH, 2006 apud MORAES, 2018, p. 88). Para ser uma “prática jornalística dialética”, como defende Fabiana Moraes, o encontro a que o repórter se propõe não pode partir do olhar que só enxerga massa uniforme, mas sim pluralidade a nível coletivo e individual.

Esse é um primeiro movimento, porém outros aspectos precisam ser considerados. Por exemplo: o fato de o encontro ser com vidas reais, como coloca Brah, mas que, uma vez trazidas para o texto, se tornam personagens. “[...] não é possível reportar vidas sem transformar pessoas em personagens”, atesta Marcio Serelle (2020, p. 60). A complexidade que constitui o ser humano não pode ser totalmente abarcada por palavras. É por isso que o pesquisador fala da dupla face do personagem no jornalismo narrativo: tem-se “aquela construída pela linguagem e colocada em narrativa e aquela do indivíduo empírico, mais complexa e menos determinada, mas que pode ser afetada pela representação, sempre falha e menor, do relato jornalístico” (Ibidem).

A possibilidade de afetar negativamente a partir da representação faz com que Eliane Brum realize uma autocrítica quanto à reportagem *A casa de velhos*, publicada na revista *Época* em 2001. Brum (2017, p. 112-113) tem no trabalho um dos retratos mais exatos que já fez, tradução do que viu, ouviu e viveu, mas considera também a sua pior reportagem dentre aquelas de *O olho da rua*, por ter magoado idosos com quem esteve em contato por uma semana na Casa São Luiz, no Rio de Janeiro. Falas sobre sonhos eróticos, ardores noturnos e confinamento surgiram após horas de uma escuta rara no cotidiano deles. Mas o constrangimento pós-publicação também surgiu.

Foi aí que eu errei. *Nenhuma reportagem é mais importante do que uma pessoa.* Nós sempre temos de dar para cada um que nos honra com a história de sua vida a explicação clara, honesta, de que aquela narrativa será lida por muitos, vai virar documento. *As pessoas sabem que vai ser publicado, mas não sabem o que isso significa.* É nossa obrigação dar a elas a dimensão exata do que a matéria pode causar na sua vida no momento em que a revista estiver na banca (Ibidem, p. 111, grifos nossos).

Novamente estamos diante do limite ético, mas também da transparência, indispensável em todas as etapas do processo jornalístico, inclusive na apuração. Mostrar o desejo sexual dos idosos é representá-los segundo a complexidade que os constitui, causa a quebra do senso comum, mas, ao mesmo tempo, machuca. Os personagens são, primeiramente, pessoas<sup>12</sup>.

Como pessoa, a travesti ouvida por Fabiana Moraes para matéria de 2011 se sentiu ofendida quando leu parte do texto da repórter no site do *Jornal do Commercio*. Moraes foi fiel à sua apuração reproduzindo um trecho em que a entrevistada, à época com visibilidade midiática, narra o abraço que recebeu de uma criança na rua e comentava a importância de ser aceita. A palavra “aceita” figurou no título da matéria e foi interpretada como se fosse necessária uma licença à sua condição feminina.

Com esta mulher, nascida em São Paulo e com boa parte da existência vivida em solo europeu, em condições vulneráveis, aprendi que *a melhor das intenções está ancorada, antes de tudo, em um repertório pessoal que pode facilmente não ser compartilhado pelas pessoas com as quais conversamos*, as pessoas que analisamos, pesquisamos, representamos. Além disso, *questões técnicas próprias do jornalismo (edição, títulos etc.) podiam provocar antes de tudo o desentendimento e a não aproximação* (MORAES, 2018, p. 92, grifos nossos).

Muitas vezes, não basta a boa intenção. O Eu, sem perceber, pode impactar negativamente o encontro. Técnicas inerentes a este fazer também. Após o episódio e as reações na internet, Moraes reflete de que forma poderia ter gerado resultado diferente. E formula duas instigantes perguntas, ligadas à chave com que o jornalista lê a relação estabelecida com o Outro: “o desacordo discursivo que surgira conosco tinha relação com o fato de eu, mulher cisgênera, nordestina, negra, não caminhar sobre calcanhares similares aos dela, mulher trans, sudestina, branca?” (Ibidem) / “Eu deveria nos ler por esses códigos, corporificados, geográficos (e que nos separam) ou por aquilo que nos une (nossa condição mulher, nossa origem social)?” (Ibidem). A essas indagações somemos outra que ela faz, agora no contexto de se ver diante de uma jovem grávida e dependente de crack, lhe pedindo dinheiro. “Como eu, carinho e alimentação em dia, devo reagir?” (Ibidem, p. 96). São interrogações que remetem à empatia, sem uma resposta simples. Mas que devem existir, já que Moraes julga ser tão perigoso quanto o silenciamento o ato de corporificar o discurso, deixá-lo restrito só a quem possui lugar

---

<sup>12</sup> Nos dias passados por Brum no asilo carioca ela encontra pessoas desarmadas, que falam abertamente sobre si. Mas também é possível acontecer o contrário: o entrevistado sabe que figurará em uma reportagem e desempenha um papel na interação com o jornalista, como constata Janet Malcolm (2011), citada por Serelle (2020, p. 58). Nesse caso o personagem tem consciência do caráter bifronte de que trata o pesquisador: sabe que será personagem no texto e que isso pode impactar a sua vida real.

de fala. “Não é permitido a quem lida com o sensível do mundo ter medo ou horror a ele” (Ibidem), recorda, para, em seguida, defender que falar DE alguém não pode ser confundido com falar POR alguém.

[...] ao falar DE, nós podemos provocar a quebra de imagens/discursos que invariavelmente mantêm as coisas como elas são; ao falar DE podemos criar condições que tonem possível trazer não apenas essas novas imagens/discursos, mas a *chance de dividirmos o espaço no palco com os próprios representados*. E aí que passamos a falar COM. *Aliás, e quando eles e elas, também falarão sobre nós? E quando nós formos apontados, dissecados?* São questões urgentes hoje no mundo no qual é preciso *deslocar as representações da pobreza – e deslocar, caminho sem volta, a pobreza das representações* (MORAES, 2018, p. 96, grifos nossos).

O trocadilho acerca de representações da pobreza e de representações pobres é propício assim como o exercício de empatia proposto (o estímulo a se ver como aquele de que falam), já que, muitas vezes, a visibilidade é alcançada na mídia a partir de uma imagem específica, que encarcera sujeitos.

## **VIDAS LIGADAS AO TRÁFICO: O ENCONTRO COM SUAS MÃES**

Em 31 de julho de 2006, Eliane Brum publica na *Época* a reportagem *Mães vivas de uma geração morta*. A pauta é sugerida uma semana depois de ela contar na mesma revista a história de Serginho Fortalece, o único sobrevivente entre 17 rapazes que fizeram parte do documentário *Falcão – Meninos do tráfico*<sup>13</sup>. Se em abril, após *Falcão* ganhar as telas e a atenção de muitos brasileiros, a jornalista tinha apenas um dia para colocar Serginho na capa da *Época* com exclusividade, em setembro ela conseguia, sem a pressa da primeira pauta, “virar os meninos do avesso” para mostrar um outro olhar sobre eles a partir de suas mães (BRUM, 2017, p. 207). No livro *O olho da rua* é possível conhecer os bastidores do trabalho, o que é caro a este artigo se considerarmos que ele dá início a uma investigação sobre a empatia na reportagem social, envolvendo, entre outros processos, o da apuração, quando jornalista e personagem estão em contato.

O foco de Brum é a geração de mães cujos filhos têm expectativa de vida de, no máximo, 20 anos, mas o seu intuito inicial era dar destaque na reportagem a uma viúva-

<sup>13</sup> Entre 1998 e 2006, o rapper MV Bill e seu empresário Celso Athayde acompanharam 17 garotos pobres envolvidos com o tráfico em diversas comunidades brasileiras. As mais de 90 horas de gravação foram editadas para criar o documentário de 58 minutos, exibido em três blocos no *Fantástico*, programa que ocupa o horário nobre da programação de domingo na mais importante emissora do país. Ganhavam a TV crianças e adolescentes levados, por uma complexa rede de fatores, a vender drogas no varejo, a vigiar a favela, avisando sobre uma possível chegada da polícia ou de facções inimigas (daí o título do documentário, já que a gíria para quem cumpre esse papel é *falcão*). Nas palavras de Brum (2017, p. 204), “muita gente só olhou de verdade para aqueles meninos ali”.

criança de apenas 14, que lhe concede entrevista em uma comunidade de Fortaleza. O encontro entre elas, no entanto, é interrompido. O fotógrafo Lilo Clareto quase é levado preso acusado de estar na favela para comprar maconha, embora não portasse nenhuma droga. Brum (2017, p. 207) avalia: “É errado, na cabeça do policial, cruzar a fronteira entre os mundos. Ou melhor, é errado alguém da classe média cruzar a fronteira da favela. Para realizar os piores trabalhos e ganhar mal, o inverso é permitido”. A repórter integra a classe média, mas consegue analisar criticamente a situação em defesa do morador da favela. Também na reportagem estará presente esse movimento específico em direção ao Outro, a partir do qual Brum se posiciona contrariamente a um abismo que afeta mais àqueles *com quem a repórter fala*<sup>14</sup> do que ela própria. No trecho abaixo é feita referência à Graça Carneiro, moradora de uma ocupação no Rio de Janeiro:

*Ela descreve o país em que vive como dois pedaços partidos. Não há barreira física, concreta, entre a favela e o asfalto. Só uma avenida chamada Brasil. Aparentemente, Graça poderia atravessá-la. Mas os muros ali intransponíveis são justamente os invisíveis. “A gente não tem dinheiro pra sair da favela. Tamos presos”, diz. “Quem tá lá fora não sabe que a gente vive em guerra. Pra eles não somos mais seres humanos. Eu sinto tanto medo, o tempo todo. Queria me esconder embaixo da terra. Embaixo da terra eu me sentiria segura” (Ibidem, p. 179, grifo nosso).*

O nome de uma das principais vias da cidade, a Avenida Brasil, é usada pela repórter metaforicamente, aludindo também ao país. Os pedaços partidos fazem parte do cotidiano de Graça, que em sua fala os revela, mas também do cotidiano de muitos brasileiros. Outra metáfora está posta quando o texto revela que “para alcançar Graça há uma escada em caracol, escura” (Ibidem). Fisicamente é preciso subir a escada para acessar o último andar do prédio ocupado, onde ela mora. Mas, ao mesmo tempo, aquela é a escada em que o corpo do filho foi jogado. Uma interpretação possível, portanto, é que não é viável alcançar Graça, estabelecer um encontro com ela, sem passar pela dimensão dessa perda. Essa é uma importante chave de leitura por trás das oito mães apresentadas pelo olhar de Brum.

Ora esse olhar se prende em tocos, que podem simplificar – Selvina, de 74 anos, perdeu ao longo da vida quatro filhos por tiro, mas também os dedos das mãos e dos pés. O seu destino parece traçado neste trecho: “*Só restam tocos a Selvina. É com eles*

<sup>14</sup> Assumimos aqui a perspectiva do falar COM o Outro, de Fabiana Moraes (2018), por considerarmos que a reportagem de Brum é construída a partir dessa premissa. O discurso indireto existe, quebrando a imagem da “mãe do bandido”, mas para além dele há o diálogo com aspas das personagens, transcritas com a fidelidade que mantém até mesmo a forma abreviada dos verbos, algo coloquial na fala (Ex: “Tamos presos” ao invés de “estamos presos”). É válido ainda destacar o diálogo que observamos entre o falar COM, de Moraes, e a perspectiva de Brum (2017, p. 368) da existência de um outro corpo, que une repórter e personagem: o corpo da experiência coletiva.

que ela resiste. Selvina olha para os membros mutilados e diz: ‘Eu não queria que a vida tivesse me aleijado. Estou acabada. Foi-se tudo’” (Ibidem, p. 176, grifo nosso) – ora em paradoxos que ajudam a perceber as complexidades que constituem essas mulheres:

Ao iniciar sua narrativa de morte, Eva avisa: “Fiquei fria, *não choro mais*, não sinto mais nada. Nada, nada, nada”. Então, começa a chorar e não para mais até o ponto final. *A história de sua vida sai encharcada*. Zeus, na mitologia grega compadeceu-se do pranto de Níobe, cujos sete filhos e sete filhas foram mortos. Na lenda ele transformou aquela mãe numa rocha que verte água. Foi a forma encontrada pelos antigos para representar a dor sem nome. *Mães que perdem filhos assassinados são pedras que choram* (Ibidem, p. 178, grifos nossos).

No geral, partilhamos do entendimento de Mauro Ventura e Tayane Abib (2016, p. 342) de que Brum dá ao leitor “[...] a oportunidade de conhecer e compreender o universo dessas mulheres”, a partir de “um movimento aberto ao outro”, sendo fiel a declarações, fazendo uso da observação atenta, percebendo dizeres nas entrelinhas. Tudo isso, de uma forma dialógica com o seu objetivo, o de olhar para ver.

*O desafio era mostrar uma imagem inteira dessas mulheres – ou, pelo menos, uma que não ocultasse nenhuma parte essencial*. E, assim, aproximá-las do leitor, de modo que não pudessem mais ser ignoradas, que se tornasse inescapável reconhecê-las nas ruas, no trabalho, em casa. *Acredito que, num país tão desigual, é missão da imprensa aproximar mundos. Só o encontro honesto, verdadeiro, permite reconhecimento e transformação*. Sou repórter quando me torno ponte entre Brasis. Não há como visitar o país dessas mulheres sem se queimar. Mas com o tempo a ardência vira uma marca cada vez mais tênue. *Para nós sempre é possível partir, para elas não* (BRUM, 2017, p. 209, grifos nossos).

Na passagem acima, retirada do momento em que Brum comenta os bastidores da reportagem em seu livro, nos deparamos com alguns entendimentos importantes. Apesar de querer mostrar uma “imagem inteira”, a jornalista parece intuir que isso nunca será possível, sempre haverá o recorte, por isso a necessidade da locução adverbial “pelo menos” empregada em seguida. Ao mesmo tempo, ela tem como missão aproximar mundos a partir do encontro que permita transformação, o que nos instiga ainda mais a refletir sobre a empatia. Uma empatia que admita seus limites, pois para os repórteres, “sempre é possível partir”.

Com Caio Barretto Briso, o “diálogo dos mundos” acontece aproximando quem geralmente protagoniza a perigosa dicotomia *vilão versus mocinho*. Repórter do jornal *O Globo* por dez anos, a maior parte deles lotado na editoria Rio, apurando fatos ocorridos na cidade, Briso assina *O ponto de encontro da dor*, conteúdo que ocupa duas páginas inteiras do caderno e é manchete do jornal em 2 de abril de 2017. Na

reportagem, ele reconstitui duas mortes ocorridas cerca de um ano antes, colocando lado a lado as trajetórias do jovem da favela ligado ao tráfico e do policial em operação, ambos atingidos por tiro na cabeça na única vez em que suas vidas se cruzaram. A narrativa é constituída em torno de um sentimento: a dor das mães diante da ausência.

Dalva e Elizete choram muito ao falar sobre os filhos. Secam as lágrimas com as costas das mãos, mas a água teima em escorrer dos olhos como torneira vazando. As duas são consoladas por filhas mais velhas, pilares de equilíbrio em famílias destruídas e, ao mesmo tempo, motivo para as mães seguirem vivendo, quando a vontade é morrer junto aos filhos ou, se pudessem, no lugar deles. O ponto onde a dor das mães se encontrou, na Rua Barão de Gamboa, é terra árida ao anoitecer. Moradores voltam do trabalho e não param mais para beber no Bar do Tubarão. Não há crianças jogando bola. A guerra se instalou na favela mais antiga do Brasil e castiga seus moradores (BRISO, 2017, p. 13).

Na guerra às drogas ninguém é vencedor. Ao partir desse pressuposto, o que o repórter faz é humanizar quem tem a condição humana apagada devido ao envolvimento com o tráfico. Eis o estado das coisas, o *status quo* que o senso comum quer fazer ver: basta a palavra “tráfico” estar associada a Robson para Robson não significar mais nada. Como demonstram outras matérias sobre a tragédia no Morro da Providência, ele até então era apenas um entre cinco mortos. Mesmo tendo nome, família, passado, tudo isso só é apresentado um ano após ele perder a vida.

A apuração que percebe similaridades entre a história dele e a do policial André – “Criados de forma parecida, por famílias trabalhadoras e filhos de empregadas domésticas” (Ibidem) –, atrelada a uma abordagem sensível, desfaz amarras na maior parte do texto<sup>15</sup>. Os números surgem nas cenas que caminham de uma para outra família sem constituírem uma interrupção. A denúncia prossegue por meio deles<sup>16</sup>: 182 autos de resistência em dois meses, 140% mais mortes nas operações policiais em quatro anos, 820 pessoas mortas na região metropolitana do Rio em um ano, entre policiais, traficantes e inocentes, às vezes contabilizados como criminosos.

---

<sup>15</sup> Cabe problematizarmos aqui, no entanto, certa passagem: “Robson e André talvez tenham uma diferença definitiva em suas histórias: o primeiro cresceu numa favela; o segundo, em uma rua pacata de Xerém, a 200 metros do cemitério onde está enterrado. Sua mãe chegou a morar no Morro do Adeus, numa época em que traficantes usavam revólveres e não vendiam drogas para menores de idade. Ao perceber a violência aumentando, arrumou as malas e partiu. Morou na Tijuca antes de se mudar para o distrito de Duque de Caxias. Robson foi criado na Providência, acostumado desde pequeno a se jogar no chão quando ouvia tiros e a ver amigos mais velhos escolherem o ‘caminho errado’, como diz sua mãe” (BRISO, 2017, p. 13). Os agentes externos (a violência, a opção pelo tráfico por parte dos amigos), que impactam a trajetória de Robson, quando comparados à saída de André da favela, abrem margem ao entendimento de que é preciso cruzar a fronteira, sair do morro, para haver chance de futuro diferente.

<sup>16</sup> Algo semelhante acontece na reportagem de Brum. Ela traz dados de um estudo da Unesco, segundo o qual a principal causa de morte entre jovens no Brasil é tiro. E ultrapassa os números: lembra que a morte tem idade, mas também cor e classe social; informa que os úteros das mães com quem conversa geram soldados, nunca comandantes da narcopátria; e, principalmente, frisa que o dinheiro do tráfico não está com as mães nem esteve com os filhos, encurralados pela ameaça da polícia e de facções rivais (BRUM, 2017, p. 175-176).

O trabalho de Briso, diferentemente do de Eliane Brum, não integra um livro comentado. Mas em divulgação da reportagem no Facebook<sup>17</sup>, o jornalista afirmava à época que o encontro com Dalva e Elizete se deu em meio à “insanidade” da guerra às drogas, entendida por ele como uma guerra contra o varejo, que castiga os mais pobres. E é para essas vítimas que o seu olhar se volta, na grande imprensa ou fora dela. Depois de *O ponto de encontro da dor*, ainda no mês de abril, ele publicou as reportagens *O desafio de educar crianças em dias de guerra*<sup>18</sup>, sobre os prejuízos enfrentados por alunos da Maré por conta dos tiroteios; *Jovens do Alemão convivem com a dor e a morte desde cedo*<sup>19</sup>, após uma semana de muita violência no Complexo; *Moradores se mudam de favelas conflagradas, em êxodo que cresce no Rio*<sup>20</sup>, acerca da tentativa de fuga da violência em comunidades cariocas como Pavão-Pavãozinho e Cidade Alta. Em janeiro de 2021, a reportagem *Brutalidade que os laudos não contam*<sup>21</sup>, na qual o jornalista narra, como freelancer, a história da chacina do Fallet-Fogueteiro<sup>22</sup>, se tornou finalista do True Story Award, prêmio global de jornalismo. A cada novo encontro, anterior à escrita, Briso têm a chance de olhar para ver, como fala Brum.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das linhas escritas até aqui, uma consideração nos parece possível: o conceito de empatia é complexo, o que não necessariamente é algum ruim, se levamos em conta que a vida humana também é imbuída de complexidade. O diálogo se estabelece entre mundos, afinal, e o plural não se limita ao mundo do repórter e ao mundo do personagem; abrange mundos que constituem cada um. Nas reportagens apresentadas, o respeito às dores de mulheres reais a partir do encontro estabelecido com elas e a tomada de posição em prol de quem está do outro lado da fronteira parecem influenciar em uma representação humanizada, embora haja igualmente passagens simplificadoras.

Mais perguntas do que certezas, no entanto, nos movem. Pensando na empatia, mas também na reportagem de cunho social, como achar o equilíbrio entre 1. o Eu do jornalista, que não pode ser anulado para se deixar preencher pelo Outro; 2. o seu

<sup>17</sup> Não é possível disponibilizar o link, pois a postagem foi feita considerando a opção de privacidade “Amigos” no Facebook. Apenas quem integra os contatos do repórter na rede, caso desta autora, consegue visualizar o conteúdo.

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://glo.bo/2Vq4LsX>> Acesso em: 31 jul. 2021.

<sup>19</sup> Disponível em: <<https://glo.bo/3zVrHPN>> Acesso em: 31 jul. 2021.

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://glo.bo/3BUoMsu>> Acesso em: 31 jul. 2021.

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/brutalidade-que-os-laudoss-nao-contam/>> Acesso em: 31 jul. 2021.

<sup>22</sup> Em 8 de fevereiro de 2019, 13 jovens foram mortos no morro do Fallet-Fogueteiro na então mais letal operação do BOPE da história da cidade. Em 6 de maio deste ano, a chacina do Jacarezinho ocupou este posto, com 29 mortos.

oposto, o ego do profissional que, não raro, se entende como herói; e 3. o respeito à voz do personagem, vítima de violências anteriores, mas não só circunscrito a elas? Até que ponto o que se constrói a partir do encontro com uma pessoa de carne e osso pode ser revertido em uma representação mais justa no texto, quando ela se torna personagem?

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **A estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BRISO, Caio Barretto. O ponto de encontro da dor. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 out. 2017. Rio, Capa; p. 12-13.

BRUM, Eliane. **O olho da rua**: uma repórter em busca da literatura da vida. 2. ed. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017.

GOULD, Luiza. **A ‘arte de sujar os sapatos’ com a pauta social**: grande reportagem e o cotidiano dos indivíduos (extra)‘ordinários’. 2020. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) – Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

KRZNARIC, Roman. **O poder da empatia**. A arte de se colocar no lugar do outro para transformar o mundo. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

MORAES, Fabiana. Pode a subalterna a subalterna calar? Limites e transbordamentos entre repórter e entrevistadas. **Estudos em Jornalismo e Mídia**: revista do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFSC, Florianópolis (SC), v. 15, n. 1, p. 84-97, jan.-jun. 2018.

MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga da. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: Encontro Anual da Compós, 28., 2019, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação, 2019, p. 1-21.

MORETZSOHN, Sylvia. O “repórter infiltrado” e a câmera oculta: repensando problemas éticos e epistemológicos para a prática do jornalismo. In: Edson Dalmonte (Org.). **Teoria e prática da crítica midiática**. Salvador: EdUFBA, 2013, p. 87-114.

MUHLMANN, Géraldine. **A political history of journalism**. Cambridge: Polity Press, 2008.

SERELLE, Marcio. A personagem no jornalismo narrativo: empatia e ética. **Revista Mídia e Cotidiano**: revista do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano da UFF, Niterói (RJ), v. 14, n. 2, p. 44-62, maio-ago. 2020.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo volume I**: porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VENTURA, Mauro de Souza; ABIB, Tayane Aidar. Sensibilidade, dialogia e afetos no jornalismo: articulações para a ampliação do horizonte de compreensão do Outro. **Razón y palabra**: Revista Electrónica en Iberoamérica Especializada en Comunicación, Quito, Equador, n. 93, p. 333-345, abril-jun. 2016.